



## **A idade dos 15 anos e o insucesso escolar**

**Piedade Lalanda**

**Grupo Parlamentar do Partido Socialista**

**Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região  
Autónoma dos Açores**

**Sras. e Srs. Deputados**

**Sra. e Srs. membros do Governo**

A questão do insucesso escolar tem sido motivo de debate nos últimos anos, seja ao nível dos governos e dos partidos que os apoiam ou da oposição. Nesta Assembleia o tema tem sido recorrente, porque são motivo de preocupação as taxas de escolarização, em particular ao nível do secundário que se registam em Portugal e na Região Autónoma dos Açores, em particular, sobretudo quando comparadas com as médias dos países europeus, mesmo com os que entraram recentemente na Comunidade. Segundo o Eurostat, e tendo em conta os indivíduos entre 24 e 64 anos, que concluíram o secundário, a média europeia a 25 foi em 2005 de 66%, enquanto que em Portugal, valor mais baixo da EU, atingiu-se 26,2%, apenas igualado por Malta. Note-se que países como, a Polónia, Eslováquia e a República Checa registam, respectivamente 84,6, a 87,6, 89,9%.

Distante da média europeia, apenas a Espanha e a Itália se situam em valores inferiores, com 48,4 e 50,3%. Todos os outros países da Europa dos 15 se situam na ordem dos 60/70%.

Se estreitarmos o grupo etário e apenas tivermos em conta o grupo entre os 20 e os 24 anos, a média europeia a 25 (Eurostat, 2005) foi de 76,9%, enquanto em Portugal não ultrapassou 48,4%, valor dos mais baixos entre os países da U.E.

Importa por isso aprofundar as razões deste fenómeno, em particular, analisar por que razão são tantos os jovens que não atingem o secundário.

Em Março de 2006 a Divisão de Planeamento e Estatística da Secretaria Regional da Educação editou um conjunto de dados sobre a escolarização na Região Açores, comparando-a inclusive com os valores existentes para o Continente, permitindo desta forma uma reflexão mais objectiva sobre o importante problema que é a baixa escolarização dos jovens portugueses, em particular os açorianos.

**Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

**Sras. e Srs. Deputados**

**Sra. e Srs. membros do Governo**

Permitam-me que analise esses dados e procure identificar algumas linhas de actuação que poderão contribuir para a compreensão do percurso escolar dominante nos Açores.

Em primeiro lugar, quando se analisam as séries estatísticas publicadas, é evidente o fenómeno de aumento da cobertura da

escolarização na última década, sendo também evidente que os valores da retenção aumentaram até 2002 e têm vindo progressivamente a diminuir desde então.

A uma maior entrada de alunos no sistema educativo corresponde uma diminuição do peso relativo daqueles que conseguem transitar de ano, na medida em que muitos desses novos alunos, provavelmente, desistiriam de continuar os estudos para além do 2.º ou até do 1.º ciclo.

Uma outra evidência que os dados revelam é uma maior escolarização nos primeiros dois ciclos (>100%) diminuindo progressivamente até ao secundário, cuja percentagem se situa abaixo dos 60%.

Uma análise mais aprofundada destes dados, considerando desta feita as taxas de escolarização tendo em conta a idade e o sexo dos jovens, permite-nos concluir que, em relação à idade, a taxa de escolarização atinge o seu ponto crítico no grupo dos 15 anos e, em relação ao sexo, as raparigas apresentam valores mais elevados quer de escolarização, quer de transição de ano, a partir do 2.º ciclo, sobretudo no secundário onde a diferença, por exemplo, no ano de 2004/2005 é superior em 12,4%.

**Sr. Presidente da Assembleia**

**Sras. e Srs. Deputados**

**Sra. e Srs. membros do Governo**

Retomemos estes três aspectos importantes do percurso escolar: diminuição significativa da taxa de transição na passagem do 2.º

para o 3.º ciclo; baixa escolarização dos alunos com 15 anos e feminilidade da escolarização.

A conjugação destas três variáveis, nível escolar, idade e sexo, parecem construir uma transição entre, por um lado, um maior sucesso e permanência e, por outro, o abandono e desistência de continuar a estudar. Transição que ocorre numa idade simbólica, socialmente significativa, os 15 anos: limite da escolaridade obrigatória, transição entre a adolescência e a juventude, idade de referência do ponto de vista do desenvolvimento físico e psicológico dos adolescentes, confrontados com a afirmação da sua sexualidade, do seu corpo e inclusive do seu sentido de responsabilidade civil, já que a sociedade definiu o limite dos 16 anos, para a aquisição de determinados direitos (consumo de bebidas alcoólicas, carta de condução de mota) e deveres (responsabilidade criminal).

Nesta transição da adolescência está em causa maturidade, o grau de responsabilidade civil, a autonomia face aos adultos e começa a esboçar-se o próprio projecto de vida. Para muitos é nessa altura, quando termina a escolaridade obrigatória, que terão de fazer uma opção: ensino profissional, ensino superior, continuar ou deixar de estudar; estudar e/ou trabalhar. Não esqueçamos que a própria lei do trabalho surge como um horizonte possível: é legal trabalhar a partir dos 16 anos.

A questão do abandono ou da baixa taxa de transição escolar não é apenas uma questão de resultados escolares mas a expressão da conjugação de vários factores: maturidade física, psicológica, grau de autonomia e capacidade de decisão, interiorização dos valores do

trabalho associados ao corpo pré-adulto (“bom corpo para trabalhar”).

Se por um lado a sociedade exige uma escolarização mínima de nove anos, tendente para os doze, por outro não contribui para um aumento do conhecimento do desenvolvimento psico-afectivo do adolescente, da sua capacitação em termos de autonomia e capacidade decisória e da sua relação com o trabalho, com base na formação e qualificação, não apenas de nível profissional, mas em termos de cidadania, ou seja, em termos de conhecimentos ditos “básicos” ou mesmo de comportamentos essenciais em termos “cívicos”.

A única forma de evitar o abandono e o insucesso precoces é qualificar as etapas anteriores, a esta idade crítica, e criar nos alunos e nas famílias, uma necessidade de aprendizagem na transição de uma idade para outra ou de um ano para outro, com base na noção de que se percorre um caminho, se acumulam aprendizagens fundamentais e necessárias para o exercício de uma actividade futura qualificada e remunerada. Uma política educativa que procure adequar o funcionamento da escola ao nível de competências dos alunos, de certo que irá contribuir para reforçar a motivação daqueles, que de outro modo se julgariam incapazes de concluir os níveis básicos do ensino.

Mas não basta investir na adequação do sistema de ensino a grupos de crianças e jovens que demonstram maiores dificuldades, é necessário repensar o próprio sistema laboral e empresarial.

Se a escola aos 14 anos não for mais interessante do que aos 12, torna-se mais difícil combater a atracção pela entrada precoce no

mercado de emprego, onde muitas vezes se pede a um adolescente com 16 anos um esforço idêntico ao que seria pedido a um adulto.

Se o tecido empresarial não valorizar a formação adquirida nas escolas profissionais ou mesmo nas universidades e escolas politécnicas porque é descrente quanto ao contributo que essas qualificações podem representar na prestação de serviços ou nos produtos que coloca no mercado;

É muito provável que um jovem com 15 anos, perante o dilema de continuar ou não a estudar, do custo que esse estudo pode representar para a família, sinta vontade de desistir de estudar e veja, num emprego de baixo salário, uma saída mais aliciante.

**Sr. Presidente da Assembleia**

**Sras. e Srs. Deputados**

**Sra. e Srs. membros do Governo**

O abandono dos estudos entre os jovens açorianos por volta dos 15 anos, seja na transição do 2.º para o 3.º ciclo ou deste para o secundário, é visivelmente mais significativa entre os rapazes do que entre as raparigas.

Se compararmos os anos de 2002/03 e 2004/05 verificamos que a taxa de escolarização no grupo dos 15 anos masculino não ultrapassou os 28%, enquanto nas raparigas, apesar de ter diminuído, passou de 47 para 45%.

No entanto as taxas de escolarização entre os jovens com 14 ou mesmo 13 anos oscilaram entre os 70 e os 80%.

Este fenómeno de masculinização do abandono escolar é relevante e preocupante, contribuindo de forma clara para que no 3.º ciclo, no secundário e no ensino superior dominem as raparigas.

Citemos a propósito os valores europeus, em 2005, onde 79,5% das mulheres (U.E.25) entre os 20 a 24 anos concluíram o secundário, ao invés de 74,4% dos homens. Em Portugal, o patamar é bastante inferior revelando uma diferença bastante mais significativa: 48,6% das mulheres e 40,4% dos homens.

Há que intervir nesta questão de forma terapêutica.

Quando se analisam as oportunidades pedagógicas alternativas, importantes para captar os jovens que desde o 1.º ciclo revelam dificuldades no ensino regular, como sejam o ensino recorrente, o programa oportunidade, o programa cidadania, e mais recentemente o programa PERE (Programas Específicos de Recuperação da Escolaridade) podemos verificar que as primeiras são, sobretudo, frequentadas por alunos do sexo masculino (no ano de 2004/05, 71% dos alunos do programa oportunidade do 1.º ciclo e 64,5% do 2.º ciclo eram rapazes). Se olharmos outro exemplo, o programa Profij, também esta alternativa congrega sobretudo rapazes; nesse ano de 2004/05, 66,6% dos alunos do nível I e 64% do nível II eram também rapazes. Ao contrário destas alternativas de formação, de carácter profissionalizante, o ensino profissional ao nível do secundário, ou seja, de nível III revela, à semelhança do ensino regular, um maior peso das raparigas, 55,5%.

Os rapazes desistem mais cedo de estudar, recorrendo em alguns casos a alternativas de nível I ou II, para concluir um percurso de

formação voltado para o mundo de trabalho de baixo nível de qualificação.

Importa trabalhar as famílias, sobretudo dos rapazes que frequentam programas alternativos, para que não vejam na escolarização dos filhos uma mera contrapartida que dão, obrigados, ao Estado/governo pelos apoios sociais que recebem, como se estudando os filhos estivessem a trabalhar para a família.

É fundamental que se reconheça na formação e na informação qualificada a única forma de se ser cidadão activo e consciente; o único investimento que pode, verdadeiramente, combater a exclusão social ou a condição de "carenciado".

**Sr. Presidente da Assembleia**

**Sras. e Srs. Deputados**

**Sra. e Srs. membros do Governo**

A questão do insucesso educativo, exige uma profunda reflexão que não se fique, apenas, por taxas de transição como habitualmente fazemos, que tenha em conta, entre outras, as questões de género ou seja, os modelos de referência do que se entende ser homem ou ser mulher nesta sociedade.

Enquanto mantivermos o discurso de que os homens estão vocacionados para o sustento das famílias e que por isso têm de trabalhar, trazer dinheiro para casa, utilizar o corpo físico como instrumento;



Enquanto se considerar que as raparigas na escola ocupam o tempo e os rapazes perdem tempo, sobretudo se os resultados não forem bons;

Enquanto a escola estiver dissociada do desporto e este substituir para muitos adolescentes a formação intelectual, seja no futebol, no basket ou em outras modalidades;

Enquanto as escolas não apostarem na formação cívica, na formação do sentido de responsabilidade e não forem um reflexo de uma sociedade exigente do ponto de vista da formação pessoal e não apenas na preparação para a vida profissional, dificilmente iremos motivar para a aprendizagem.

Perante o insucesso na matemática ou no português, um mês de ordenado nas férias de verão pesa muito mais, aliás ouvem-se pais dizer, perante o chumbo da escola, "se continuar assim vai é trabalhar que tem bom corpo para isso". Perante um professor que não conhece as dificuldades pessoais e tem dos alunos uma visão rotulada, um empregador que valoriza algumas competências e proporciona uma actividade remunerada, mesmo que seja na pesca ou a tomar conta de gado, irá pesar muito mais.

O insucesso escolar é um sintoma de uma sociedade, a qual todos nós pertencemos.

Retomando os resultados escolares, desagregado por idades, e tomando como referência os alunos com 15 anos no ano lectivo 2004/2005, 53,9% dos rapazes atingiram o 3.º ciclo e apenas 33,2% o secundário, existindo ainda 12% que não ultrapassou o 2.º ciclo. Por sua vez entre as raparigas com a mesma idade, 50,5% atingiu o

secundário, 42,8% o 3.ºciclo e apenas 6% não ultrapassou o 1.ºciclo.

Apesar de o sistema educativo perder mais rapazes do que raparigas durante o percurso da escolaridade obrigatória e no acesso ao ensino pós-secundário, o sistema laboral emprega mais homens, e se analisarmos os quadros de pessoal da Região em 2004, é maior a presença de homens em lugares de topo e maior o número de mulheres com qualificações superiores no desemprego.

Enquanto a escola não for um lugar onde homens e mulheres aprendem a ser cidadãos da sua comunidade, do seu país e do mundo, a vida pequenina individual e o imediato serão muito mais interessantes. Não é uma missão impossível, nem é uma missão apenas de professores: a escola não pode ser um mundo à parte, mas um espaço central na vida de todos, adultos, crianças e jovens; um espaço onde podem acontecer eventos culturais, musicais, desportivos e cívicos; onde se possa ir ouvir uma palestra; participar numa acção de formação para educadores. A escola não pode viver fechada, trancada, mas deve trazer as forças policiais para falar de segurança, os técnicos de saúde e outros especialistas para partilharem informação, dentro ou fora do horário escolar.

Uma escola, não é apenas um recinto de aulas, mas um espaço de saberes.

**Sr. Presidente da Assembleia**

**Sras. e Srs. Deputados**

**Sra. e Srs. membros do Governo**

Se queremos compreender o insucesso escolar, não basta analisar o sistema educativo ao nível de recursos materiais nem mesmo ficar-se pelos ratios de professor/alunos ou computadores por sala, importa analisar o lugar que a escolarização ocupa na vida dos jovens nos Açores.

Um diagnóstico pormenorizado das famílias açorianas poderia ajudar-nos a compreender que representações têm da escola, como encaram a escolarização quando se trata de um filho ou de uma filha, e intervir neste contexto cultural que não favorece o combate ao insucesso escolar.

Do outro lado da barreira, temos o mundo do trabalho e o valor que este representa para as famílias. Por isso, importa conhecer o modo como o sistema produtivo emprega homens e mulheres; que importância é realmente atribuída à qualificação e à competência?

A escola, seja a que nível for, não pode ser um lugar de exclusão social nem deve contribuir para a reprodução de modelos baseados na desigualdade de género. A escola e o processo de escolarização têm de ser mais atractivos para os rapazes, ou se calhar, tem de ser mais atractivos para cidadãos de ambos os sexos; um espaço de cidadania onde se aprenda a partilhar, a dividir tarefas e a construir um mundo mais igualitário, de certo mais motivante e mais estimulante, que garanta a construção de uma sociedade qualificada e desenvolvida.

Disse.